

Jáder é convidado para assumir reforma agrária

O ex-governador do Pará, Jáder Barbalho, foi convidado ontem pelo presidente José Sarney a assumir o Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário, em conversa que durou até o final da noite, no Palácio do Planalto. A saída, Barbalho não quis confirmar nem desmentir o convite, mas Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil afirmou que "Jáder é o homem talhado para a reforma agrária".

Esta não é a primeira vez que o ex-governador é convocado para exercer um cargo no primeiro escalão do Governo. Logo após a demissão do ministro Dante de Oliveira, ele foi chamado para ocupar o Mirad. Apesar de aceitar prontamente, informou ao Presidente que precisaria conversar ainda com alguns amigos e solicitou tempo para isso. Dois dias depois desse encontro, Jáder pediu ao governador Hélio Gueiros que confirmasse a Sarney sua disposição em aceitar a missão. No entanto, o Presidente afirmou na época que a resposta havia demorado muito e que ele já nomeara o sucessor de Dante: Marcos Freire.

Barbalho conta com a maioria da bancada paraense na Assembleia Constituinte, além de ter apoio do líder do PDS no Senado, Jarbas Passarinho a quem ajudou a eleger, atendendo a um pedido feito pelo próprio presidente da República.

Prefeitos vão pressionar os constituintes

Ubatuba (SP) — Será na próxima sexta-feira, dia 25, a marcha de prefeitos e vereadores a Brasília, numa tentativa de sensibilizar e pressionar os constituintes a manter as conquistas tributárias conseguidas até aqui e que correm risco diante da ofensiva do Governo Federal para que sua participação na receita pública não seja diminuída na nova Constituição. A convocação foi feita pelo coordenador nacional da Frente Municipalista Nacional, Cláudio Giannini.

As mudanças que se pretende introduzir no anteprojeto do relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral, acabaram por dominar os debates durante o encontro de Ubatuba, que aprovou proposta de reeleição para os prefeitos, a ser tentada junto à Assembleia Nacional Constituinte. O atual texto que trata desse tema também não agradou os municipalistas, por ser considerado muito drástico, ao determinar a "irrelegibilidade" dos prefeitos. "Isso quer dizer, disse o prefeito de Guarujá, Maurici Mariano, que um político só pode se eleger uma vez para o cargo de prefeito. Isso é um absurdo pois representará um grande desestímulo".

A transferência dos impostos sobre serviços dos municípios para a competência estadual também mereceu repúdio dos congressistas, que não abrem mão desse tributo. Durante o encerramento do congresso, o secretário estadual da Fazenda, Josué Machado Campos, garantiu que o governo paulista é favorável à manutenção do ISS no nível municipal, lembrando que alguns governadores pressionam os constituintes para que o último anteprojeto de Bernardo Cabral seja aprovado. Caso isso venha a ocorrer, sua secretaria irá fazer convênios com os municípios para a arrecadação do tributo.

Funcionários do BB querem frear o Leão

O relator da Comissão de Sistematização, Bernardo Cabral (PMDB-AM), está recebendo centenas de telegramas de contribuintes, solicitando-lhe que, em seu substitutivo, coloque um freio no leão da Receita, impondo um limite para o desconto de Imposto de Renda sobre salários. Lideram o movimento os funcionários do Banco do Brasil, que enviaram emenda popular neste sentido, juntamente com a proposta de participação nos lucros e na gestão de empresas e aposentadoria aos 25 anos de trabalho para os bancários.



O ex-governador Jáder Barbalho tem apoio da bancada do Pará

Proposta só altera o sistema um ano após promulgação

A emenda elaborada sob a orientação do senador José Richa (PMDB-PR), com a participação de representantes dos diversos grupos parlamentaristas, exceto os partidos de esquerda (PC do B), o Movimento de Unidade Progressista do PMDB e a liderança do PMDB na Constituinte, implanta o que se conhece como sistema parlamentarista clássico doze meses após a promulgação da nova Constituição. Até lá, o que os seus idealizadores chamam de "emenda de unidade parlamentarista", prevê que o presidente José Sarney terá todos os poderes para nomear um gabinete, sem a aprovação da Câmara e sem que o Legislativo tenha poderes de derrubá-lo, e delegará a estes auxiliares as funções que bem entender.

Sarney, além de nomear o Primeiro-Ministro e os integrantes do Conselho de Ministros, nomeará também um ministro extraordinário, incumbido de coordenar uma comissão de transição. Esta comissão, composta de nove membros, se encarregará de propor ao Legislativo e ao Presidente da República "as providências legislativas e administrativas necessárias à organização institucional estabelecida na Constituição".

Chefe de Estado
Findos os doze meses de transição, extinguem-se não apenas a comissão de transição como os próprios poderes presidencialistas do presidente José Sarney. A partir de então, Sarney será um Presidente com atribuições de chefe de Estado, e um Primeiro-Ministro eleito pela Câmara dos Deputados e demissível pelo voto de desconfiança, será o chefe de Governo.

Uma única mudança substancial ocorreu nas disposições permanentes dos dois textos-base dos entendimentos, os dos senadores Nelson Carneiro e Afonso Arinos. Pela proposta parlamentarista de ambos e a do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, o gabinete é indicado pelo Presidente e aprovado, ou rejeitado, pela Câmara dos Deputados. Na proposta parlamentarista de consenso adotou-se a fórmula clássica de parlamentarismo, onde o gabinete, depois da indicação aprovada pela Câmara, tem um prazo para apresentar um plano de governo. Deve, então, submetê-lo novamente à Câmara. Se este for rejeitado, o gabinete cai antes mesmo de ter assumido. No projeto de consenso, a Câmara pode derrubar, sucessivamente, dois gabinetes, rejeitando as suas propostas de Governo. Feito isso, ela própria in-

dica e elege o Primeiro-Ministro. Se não conseguir a maioria absoluta, o Presidente pode dissolver a Câmara.

Transição

Excluída esta sistemática de formação de gabinete, a fórmula parlamentarista adotada pelo grupo é substancialmente a mesma proposta nas emendas dos senadores Nelson Carneiro e Afonso Arinos.

Pela emenda, será submetido a dois turnos de eleições diretas. Não foi definida a data da eleição. Se no segundo turno nenhum dos candidatos obtiver a maioria absoluta dos votos, deverá ser referendado pela Câmara. Uma vez empossado, o Presidente terá entre outros poderes; os de nomear e exonerar o Primeiro-Ministro e, por sugestão deste, os ministros de Estado; nomear os ministros dos Tribunais Superiores, o procurador-geral da República, o presidente do Banco Central e os embaixadores; nomear os chefes do Gabinete Civil e Militar.

Funções

Caberá ao Primeiro-Ministro entre outras funções exercer a Administração Federal elaborar o programa de Governo e submetê-lo à Câmara dos Deputados; expedir decretos e regulamentos; elaborar o plano plurianual de investimentos, o projeto-de-lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamentos; conceder serviços de rádio e televisão; firmar acordos, empréstimos e obrigações externas, com autorização do Senado, comparecer mensalmente ao Congresso Nacional para apresentar relatório da execução do programa de governo.

Conselhos

O Conselho da República será integrado pelo Presidente da República, pelos presidentes da Câmara e do Senado, pelo Primeiro-Ministro, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara e no Senado e pelo ministro da Justiça. Fazem parte dele, ainda, seis cidadãos brasileiros — dois nomeados pelo Presidente, dois eleitos pelo Senado e dois eleitos pela Câmara.

O Conselho de Ministros é presidido pelo Primeiro-Ministro e integrado por todos os ministros de Estado. O voto de desempate é do Presidente da República. Tem a competência de elaborar o plano plurianual de investimentos; a lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento; elaborar programa de governo; aprovar decretos e propostas de lei.

Conselho de Defesa nacional é composto pelo Presidente da República, os presidentes da Câmara e do Senado, o Primeiro-Ministro, o ministro da Justiça, os ministros das Pastas Militares e o ministro das Relações Exteriores.

Ulysses quer votação mais simplificada

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, anunciou ontem que vai iniciar a partir da próxima semana entendimentos com as lideranças dos diversos partidos para simplificar "o máximo possível" a votação do substitutivo do deputado Bernardo Cabral na Comissão de Sistematização.

"Se aplainarmos o caminho na Comissão, isso vai favorecer a votação em plenário" — explicou. Ele salientou, ainda, que o relator Bernardo Cabral está dando os últimos retoques no substitutivo, que teve prazo até a meia-noite de ontem para ser entregue para publicação. "É justo que ele esgote até os últimos minutos para fazer as correções devidas" — disse ele no meio da tarde.

Ulysses Guimarães afirmou que o ponto mais polêmico do substitutivo, o sistema de Governo, vai ser decidido mesmo no voto. "A Comissão de Sistematização existe para buscar a maioria. É uma espécie de laboratório consensual. Eu sei que o relator vai persistir até o último instante para o entendimento. Se não vier, vamos ao voto".

Para ele, as forças presidencialistas e parlamentaristas estão equilibradas, apesar de tanto um grupo como o outro afirmarem que têm a maioria. "Não temo um levantamento dessas posições, mas é natural que alguns mudem de posição, já que existem várias fórmulas alternativas para os dois sistemas" — observou.

Para Simon, prorrogação é necessária

Porto Alegre — O governador Pedro Simon (PMDB) advertiu ontem que os trabalhos da Constituinte devem ser prorrogados, sob pena de haver arrependimento, enfatizando que o novo texto deve ser um documento para durar. Ele lamentou que o texto do substitutivo de Bernardo Cabral esteja cheio de minúcias e previu que será mudado. O governador, que ontem recebeu no Palácio Piratini 64 estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG), afirmou que não será uma Constituição que impedirá a intervenção das Forças Armadas, comentando as declarações do ex-presidente João Figueiredo.

Ele não acredita na possibilidade de uma guerra civil, hipótese sugerida pelo ex-presidente, mas aproveitou para manifestar sua preocupação com o conflito entre os sem-terras e os proprietários rurais que estão se armando no Rio Grande do Sul. Aproveitou para fazer nova defesa do parlamentarismo justificando que nesse sistema praticamente inexistente intervenção militar.

Militares

O comandante da Escola Superior de Guerra, almirante-de-esquadra, Bernardo Davi Blover, afirmou que a Constituição prevê intervenção dos militares e que eles já agiram antes, quando foi necessário. Entretanto, ele não acredita que isso volte a ocorrer hoje. Blover espera que a nova Constituição reflita as aspirações da maioria do povo, garantindo que os militares estão prontos para cumpri-la integralmente. O almirante admite a possibilidade remota de uma guerra civil, devido aos conflitos isolados provocados por questões sociais. Ele disse esperar que a nova Constituição defina leis que possam solucionar tais questões.

No PFL, 11 fecham com o novo sistema

Onze constituintes do PFL membros da Comissão de Sistematização decidiram fechar questão em torno da adoção do sistema parlamentarista puro. Admitem, entretanto, o prazo do período de implantação do novo regime, que poderá ser de um, dois ou três anos. Em qualquer hipótese, o presidente Sarney terá, no mínimo, cinco anos de mandato.

O documento foi redigido quinta-feira à noite, em reunião na residência do secretário-geral do PFL, deputado Saulo Queiroz, que não é da Sistematização mas apoia a proposta. Assinaram, entre outros, os senadores Carlos Chiarelli e Marcondes Gadelha.